



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**



**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO**

**EDITAL 026/2010 - PROJETO BRA/06/032**

**CÓDIGO: POLOS PRODUTIVOS LOCAIS**

O Projeto BRA/06/032 comunica que estará procedendo a contratação de consultoria individual, pessoa física, na modalidade produto, para prestar apoio técnico para subsidiar a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República na elaboração de proposições que contribuam para o uso sustentável dos serviços ecossistêmicos e para a redução da pobreza de populações tradicionais na Bacia Amazônica a partir da compreensão do potencial de replicabilidade de 3 (três) experiências notadamente bem sucedidas em aliar sistemas de produção eficientes com o uso e a conservação da biodiversidade regional.

Os interessados deverão enviar curriculum detalhado, no formato Word, para o e-mail: [sae.selecao@planalto.gov.br](mailto:sae.selecao@planalto.gov.br), até o dia 07/06/2010, às 17h, com o código **Pólos Produtivos Locais** no título da mensagem. A não-inclusão deste código eliminará automaticamente o candidato da seleção. Esta seleção será efetuada mediante processo seletivo simplificado, com base no decreto nº 5.151/2004 e terá validade de um ano.

O processo seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessário, são de responsabilidade do candidato. Os gastos com transferência de domicílio, se necessários, são de responsabilidade do selecionado.

É vetado a contratação de pessoas com contrato vigente com Organismo Internacional, ou sem o cumprimento dos interstícios exigidos para nova contratação, conforme Art. 21, § 5º, da Portaria MRE nº 717, de 09/12/2006.

A qualquer tempo, os presentes editais poderão ser alterados, revogados ou anulados, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Direção Nacional do Projeto, seja por interesse público ou de exigência legal, sem que isso implique em direitos a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

A execução dos trabalhos previstos não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica conforme prevê o § 9º do Artigo 4º do decreto nº 5.151/2004.

**OBS:** Nos termos do Artigo 7º, do Decreto nº 5.151/2004 “É vetada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos Projetos de cooperação técnica internacional.”

## TERMO DE REFERÊNCIA

### REPLICABILIDADE DE POLOS PRODUTIVOS LOCAIS BEM-SUCEDIDOS EM PAÍSES AMAZÔNICOS

#### 1. Função no Projeto

Técnico especialista.

#### 2. Nosso Número

#### 3. Antecedentes

O projeto BRA/06/032 - "BRASIL 3 TEMPOS", fruto do termo de cooperação técnica internacional celebrado entre a República Federativa do Brasil<sup>1</sup> e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com base no Decreto 5.151/2004 e na Portaria MRE 717/2006, tem por objetivo criar subsídios, estratégias e ações que permitam ao Governo brasileiro articular-se com os diferentes setores da sociedade civil com vistas à implementação de políticas públicas de longo prazo que promovam o crescimento econômico do país acompanhado de inclusão social e equilíbrio ambiental.

O projeto se desenvolve no contexto de um futuro emoldurado pela necessidade de promover o ordenamento territorial como "a regulação das ações que têm impacto na distribuição da população, das atividades produtivas, dos equipamentos e de suas tendências, assim como a delimitação de territórios de populações indígenas e tradicionais, e áreas de conservação no território nacional ou supranacional, segundo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação de múltiplos atores"<sup>2</sup>.

Para as populações tradicionais da Bacia Amazônica<sup>3</sup>, outro grande desafio para o século XXI consiste no desenvolvimento de sistemas de produção que conciliem viabilidade econômica, conservação dos biomas nativos e valorização de suas culturas. Nesse sentido, programas como o GEF e o PPG7 têm contribuído de forma significativa com o apoio técnico-financeiro a uma série de iniciativas de Polos Produtivos Locais (PPLs<sup>4</sup>), envolvendo comunidades tradicionais e populações vizinhas, em diversas regiões amazônicas e em áreas de transição Amazônia-Cerrado. Ainda que incipientes, tais experiências já permitem identificar alguns resultados promissores, no sentido de promover a autonomia das comunidades em gerir seus recursos naturais de formas econômica e ambientalmente sustentáveis.

---

<sup>1</sup> A República Federativa do Brasil designou a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores como instituição responsável pelo acompanhamento, em nível governamental, das ações decorrentes do Projeto e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República como instituição responsável pela execução de suas ações.

<sup>2</sup> MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Documento base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) – versão preliminar, 2006.

<sup>3</sup> Inclui povos indígenas e comunidades extrativistas dos países Pan-Amazônicos.

<sup>4</sup> PPLs (Pólos Produtivos Locais) são estruturalmente mais simples que APLs (Arranjos Produtivos Locais), na medida em que envolvem normalmente apenas uma empresa e suas inter-relações com sociedade e governo, enquanto APLs são compostos normalmente por um *pool* de empresas.

Uma destas experiências consiste no trabalho que vem sendo desenvolvido junto a comunidades indígenas Timbira, localizadas no Tocantins e Maranhão, pela parceria entre a associação *Wyty Catê* e a ONG Centro de Trabalho Indigenista (CTI)<sup>5</sup>. De forma inovadora, a parceria vem contribuindo para o desenvolvimento local por meio da industrialização de polpas de frutas do Cerrado, comercializadas em diversos centros urbanos locais (ex: Teresina, São Luís e Palmas). A fábrica, localizada no município de Carolina, MA, compra a matéria-prima de famílias de agricultores locais, contribuindo para a) geração de renda; b) superação dos conflitos que existiam entre indígenas e não-indígenas, promovendo a cooperação; e c) manutenção do "Cerrado em pé". Adicionalmente, os lucros da fábrica contribuem para o financiamento de rituais culturais dos Timbira, sócios do empreendimento, e para a sua autonomia. Ainda que existam desafios a serem vencidos, particularmente na gestão administrativa e financeira da fábrica, a apropriação pelos Timbira vem aumentando, assim como a comercialização de polpas, que alcançou escala significativa para a região. Isso tem contribuído para a inserção equilibrada dos Timbira na sociedade local e para a manutenção de sua identidade<sup>6</sup>.

Outra experiência inovadora, no que se refere a aliar exploração sustentável de recursos naturais e preservação do patrimônio cultural de povos indígenas e tradicionais, encontra-se situada no noroeste do MT. Em uma área de aproximadamente 1 milhão de hectares, o projeto "Promoção de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Florestas de Fronteira do Noroeste do Mato Grosso", executado pelo PNUD em parceria com a FEMA-MT, com financiamento do GEF e apoio da iniciativa privada, contribui para a geração de renda para aproximadamente 2000 pessoas pertencentes aos povos indígenas Rikbaktsa, Zoró e Arara do Rio Branco. Também participam do projeto cerca de 250 pessoas da Reserva Extrativista Guariba Roosevelt e outras 250 famílias de agricultores do assentamento Vale do Amanhecer. As atividades produtivas concentram-se em extração, industrialização e comercialização de castanha-do-Brasil e de látex de seringueira, tendo como alvo os mercados de São Paulo (castanha) e da indústria de pneumáticos (látex). Em ambos os casos, o total comercializado vem aumentando nos últimos anos, graças a investimentos em treinamento e em equipamentos e instalações que proporcionaram melhorias significativas na qualidade e no preço final dos produtos, contribuindo para que a renda familiar chegasse a R\$ 1.500 mensais em 2008, e para a reversão da evasão de jovens de aldeias indígenas<sup>7</sup>. Adicionalmente, o projeto incentiva tecnologias modernas de extração e beneficiamento de óleo de copaíba e manejo florestal comunitário, desfavorecendo o garimpo e a extração ilegal de madeira e promovendo a paz entre populações tradicionais e entre estas e seus vizinhos.

O potencial de replicação de experiências como as que se referem aos PPLs descritos acima é de grande interesse não apenas para o Brasil, mas também para todos os países Pan-Amazônicos. Paralelamente, outras experiências de grande valor científico resultaram de programas desenvolvidos notadamente em Manejo Florestal Comunitário na Bolívia e no Equador<sup>8</sup>. Ainda que importantes iniciativas de intercâmbio científico entre países amazônicos já estejam em andamento<sup>9</sup>, um grande campo para oportunidades visando a busca de soluções para os problemas relativos aos biomas da Bacia Amazônica encontra-se em aberto.

Nesse novo contexto, colocam-se as seguintes questões de pesquisa:

---

<sup>5</sup> O projeto conta também com o apoio de parcerias com o PPP-Ecos (administrado pelo ISPN) e outros parceiros internacionais.

<sup>6</sup> Noleto, J.A. A Fábrica é dos *mehin*: Desenvolvimento Sustentável e Povos Indígenas vistos a partir do caso da FrutaSã. Dissertação de mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. 137 ps.

<sup>7</sup> Ver reportagem veiculada pelo *PrimaPágina*, de São Paulo, em 20/06/2008: [http://www.pnud.org.br/meio\\_ambiente/reportagens/index.php?id01=2971&lay=mam](http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=2971&lay=mam)

<sup>8</sup> Como, por exemplo, os programas BOLFOR II (<http://www.bolfor.org/>) e o Manejo Florestal Comunitário em Esmeraldas, Ecuador ([http://www.jornadatecnicas.com/docpdf/Cooperacion\\_Regina.pdf](http://www.jornadatecnicas.com/docpdf/Cooperacion_Regina.pdf)).

<sup>9</sup> Como por exemplo a UNAMAZ (Associação de Universidades Amazônicas) e a iniciativa MAP (Ciência e Governança na região Madre de Dios-Acre-Pando).

1. Qual é o potencial de replicabilidade de PPLs como os descritos acima (FrutaSã em Carolina-MA, e uso sustentável da biodiversidade no norte do MT) para outras regiões da Bacia Amazônica?
2. Quais são as características desses PPLs que os tornam interessantes como subsídios a políticas públicas? Qual o potencial dessas experiências em atrair investidores externos? Quais são as melhores estratégias de apropriação pelas comunidades locais?
3. Quais são as necessidades em investimentos (recursos humanos, infraestrutura, aportes financeiros (incluindo capital de giro)) em cada PPL selecionado? Quais os cenários mais favoráveis ao sucesso desses empreendimentos (arranjos institucionais, disponibilidade de matéria-prima, contexto econômico, proximidade a mercados)?
4. Da mesma forma, qual o potencial de replicabilidade das experiências em Manejo Florestal Comunitário na Bolívia e no Equador na região amazônica brasileira? Quais das características desses empreendimentos são de interesse para subsidiar políticas públicas no Brasil?
5. Qual o potencial de uma rede de cooperação científica entre os países Pan-amazônicos em contribuir para avanços no uso sustentável dos serviços ecossistêmicos e no combate à pobreza rural de comunidades tradicionais da Bacia Amazônica?

#### **4. Número do resultado no PRODOC**

A contratação desse estudo será realizada com base no produto 1.5, "Estratégia de longo prazo para o desenvolvimento territorial do país formulada com ênfase na região amazônica", de responsabilidade da Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável (SSDS).

#### **5. Objetivos da consultoria**

O estudo visa subsidiar a elaboração de proposições que contribuam para o uso sustentável dos serviços ecossistêmicos e para a redução da pobreza de populações tradicionais na Bacia Amazônica a partir da compreensão do potencial de replicabilidade de 3 (três) experiências notadamente bem sucedidas em aliar sistemas de produção eficientes com o uso e a conservação da biodiversidade regional.

#### **6. Descrição das atividades**

##### **6.1. Elaborar projeto executivo**

Reunião inicial de trabalho com a equipe da Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável (SSDS) para discussão das questões específicas a serem investigadas, metodologia de trabalho e formas de cooperação, debate e disseminação dos resultados. Nessa reunião, serão definidas as áreas e os 3 (três) PPLs que farão parte deste estudo.

##### **6.2. Identificar e qualificar os atributos desejáveis em cada PPL selecionado.**

A partir de revisão de literatura, dados primários e secundários, experiência de campo, e entrevistas com tomadores de decisão, serão definidos e qualificados os atributos dos PPLs que são de interesse para subsidiar políticas públicas, ou seja, as características desejáveis de serem replicadas para outras áreas da Amazônia, como por exemplo: a) uso sustentável da biodiversidade; b) consolidação da "empresa social", ou seja, empresa cujos lucros sejam revertidos em benefícios para a comunidade local, contribuindo para a sua autonomia; c) acesso a crédito e a mercados; d) fortalecimento das instituições locais; e) atração de financiadores

externos. Para tanto, cada experiência deverá ser estudada em detalhes, incluindo o contexto regional e os objetivos quando da concepção original, a evolução histórica do envolvimento dos diferentes atores, e a implementação das parcerias ao longo do projeto.

### **6.3. Realização de uma oficina, em Brasília, para a elaboração de cenários, e proposição de uma agenda de pesquisa entre Bolívia, Brasil e Equador.**

A oficina deverá ocorrer em meados de julho, e terá como objetivos: a) Apresentação e discussão dos estudos sobre cada PPL selecionado; b) Caracterização dos cenários envolvendo arranjos institucionais, contextos micro e macro-econômicos, e acesso a mercados importantes para o sucesso de cada PPL; c) Elaboração de estimativas de investimentos necessários para a replicação das experiências selecionadas; d) Identificação das necessidades em pesquisa adicionais; e e) Proposição de uma rede de pesquisa entre instituições parceiras da Bolívia, Brasil e Equador, visando a obtenção de subsídios para a elaboração de projetos de pesquisa e para financiamentos futuros.

### **6.4. Elaboração de proposições de políticas públicas, com base na análise da replicabilidade dos PPLs estudados.**

Elaboração de proposições de políticas públicas para a Amazônia a partir dos estudos sobre a implementação e a gestão de cada PPL selecionado. Os aportes da oficina em Brasília resultarão na avaliação do potencial de cada PPL estudado em atender as demandas de desenvolvimento comunitário de populações tradicionais da Amazônia. Para tanto, será feita a quantificação dos investimentos em recursos humanos, infraestrutura e aportes financeiros em cada PPL, seguida da qualificação dos modelos de gestão técnico-financeira utilizados. Adicionalmente, as propostas deverão se basear nos cenários discutidos durante a oficina. Especificamente, serão avaliados os arranjos institucionais, o contexto micro e macro-econômico, a disponibilidade de matéria-prima, e a proximidade a mercados que favoreceram os resultados observados nesses empreendimentos ao longo do período analisado.

Como métodos e técnicas de pesquisa, serão realizadas:

- Pesquisa qualitativa, mediante entrevistas com um leque de informantes-chave;
- Pesquisa bibliográfica e documental;
- Análise dos polos produtivos locais, incluindo o contexto institucional no qual estão inseridos.

O produto deste projeto possibilitará a realização de estudos subsequentes de validação e aprofundamento das proposições em outras regiões da Amazônia, incluindo outros países Pan-amazônicos. Adicionalmente, servirá de subsídio a executores, financiadores e beneficiários de projetos na Amazônia que se identifiquem com os contextos e objetivos dos PPLs estudados, fornecendo informações e recomendações sobre as distintas etapas de implementação e sobre a gestão de cada PPL.

## **7. Produtos Esperados**

### **7.1. Elaboração de projeto executivo – Produto 1.**

Elaboração de projeto executivo com o detalhamento metodológico de desenvolvimento da consultoria com base nas discussões iniciais com a SSDS e com o fórum de discussão. O documento deverá contemplar, de forma clara e completa, as informações técnicas necessárias para execução do estudo em questão.

## **7.2. Identificação e qualificação dos atributos desejáveis em cada PPL selecionado – Produto 2.**

A partir de revisão de literatura, dados secundários e primários e experiência de campo, realizar estimativas sobre os atributos dos PPLs que são de interesse para subsidiar políticas públicas. Para tanto, cada experiência deverá ser estudada em detalhes, incluindo o contexto regional e a implementação das parcerias ao longo do projeto. O estudo será realizado para cada PPL selecionado, de forma a possibilitar em seguida a comparação com potenciais propostas, e servir como subsídio aos executores de projetos e financiadores.

## **7.3. Estudo analítico com caracterização dos cenários sobre cada PPL selecionado e proposição de uma agenda de pesquisa entre Bolívia, Brasil e Equador – Produto 3.**

Como produto da oficina de Brasília, será analisada a inserção de cada PPL nos contextos setoriais, regionais e nacionais. Adicionalmente, serão analisadas as seguintes contribuições da oficina: a) discussão das estimativas de investimento apresentadas pelos participantes, incluindo capacitação em recursos humanos, aportes em infraestrutura, equipamentos e capital de giro; b) caracterização dos cenários nos quais os PPLs foram implementados e executados, incluindo os arranjos institucionais necessários, contextos macro e micro-econômicos, disponibilidade de matéria-prima, acesso a mercados e a crédito importantes para que cada PPL fosse bem-sucedido; c) discussão de propostas de políticas públicas para a replicação das experiências selecionadas; d) identificação das necessidades de pesquisa adicionais; e e) identificação de temas de interesse, e proposição de linhas de pesquisa entre instituições parceiras da Bolívia, Brasil e Equador, visando a obtenção de subsídios para propostas de pesquisa e financiamentos futuros.

## **7.4. Proposta de políticas públicas com base na análise da replicabilidade dos PPLs estudados – Produto 4.**

Elaboração de propostas de políticas públicas para as populações tradicionais da Amazônia, visando a redução da pobreza com base na otimização dos serviços ecossistêmicos, e a partir dos estudos das experiências selecionadas, incluindo a caracterização dos cenários econômico-institucionais e das propostas por parte dos principais atores e comunidade científica. Adicionalmente, o produto incluirá as necessidades em pesquisas futuras e a agenda de pesquisa em rede para Bolívia, Brasil e Equador, proposta para atender a essas demandas.

## **8. Formato dos produtos**

O material deverá ser disponibilizado para a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR) em duas vias impressas em papel A-4, e em meio digital nos formatos **.doc**, **.pdf**, **.xls** e **.jpeg**. e apresentar conteúdo e linguagem compatíveis com sua destinação, em Língua Portuguesa, devidamente digitado e formatado, contendo a relação de obras consultadas de acordo com as recomendações normativas da ABNT.

Quadros e tabelas deverão conter a fonte dos dados apresentados.

Em todas as páginas deverá constar a rubrica do responsável pelo produto.

A formatação deverá seguir as seguintes recomendações: fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1½, margens superior e esquerda de 2½ cm e margens direita e inferior de 2 cm.

## **9. Qualificações**

**O consultor deverá apresentar as seguintes qualificações (classificatórias e pontuáveis):**

- ✓ Graduação em ciências sociais, humanas, agrárias ou ambientais;
- ✓ Experiência prévia em projetos de pesquisa na Amazônia.

**Serão considerados como diferenciais na seleção dos candidatos (critérios classificatórios e pontuáveis):**

- ✓ Pós-graduação em Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Multidisciplinar (Meio Ambiente e Agrárias, Sociais e Humanidades) ou áreas pertinentes à temática deste projeto;
- ✓ Experiência prévia em projetos em cadeias produtivas sustentáveis;
- ✓ Experiência prévia com pesquisa aplicada em desenvolvimento sustentável;
- ✓ Experiência prévia com formulação, avaliação e monitoramento de políticas públicas;
- ✓ Experiência prévia com o desenvolvimento de políticas de planejamento e ordenamento territorial.

## **10. Insumos**

Despesas com deslocamento (passagens aéreas e diárias) para execução das atividades serão custeadas pelo Projeto, incluindo despesas para a realização da oficina em Brasília, programada para julho de 2010. Tais despesas efetuar-se-ão conforme necessidade, desde que devidamente aprovadas pelo Diretor Nacional do Projeto.

Outros tipos de deslocamentos (terrestres ou fluviais) deverão ser previamente comunicados e igualmente autorizados. Nesse caso, as despesas serão reembolsadas após a entrega de recibos comprobatórios.

## **11. Supervisor**

A supervisão do Contratado será feita pelo Diretor de Amazônia da Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável (SSDS).

## **12. Local de trabalho**

O consultor poderá ter sede em qualquer Unidade da Federação, desde que possa se deslocar a Brasília e a qualquer estado da região amazônica, quando necessário para realização do presente estudo e quando for solicitado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, para reuniões de monitoramento.

## **13. Data de Início**

Previsão: maio de 2010.

## **14. Data de Término**

Previsão: novembro de 2010.

## 15. Produtos Honorários

Os pagamentos serão feitos mediante a entrega e aprovação dos produtos, atestada pela direção do Projeto. Os pagamentos recebidos pelos consultores são passíveis de tributação, de acordo com a legislação brasileira vigente. É responsabilidade do Contratado fazer os devidos recolhimentos.

À SAE, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

Este contrato terá vigência prevista de 5 (cinco) meses com possibilidade de prorrogação, sem ônus para o governo, desde que mediante justificativa consubstanciada em relatório, devidamente aprovado pelo Diretor do Projeto.

A remuneração prevista será efetuada em 4 (quatro) parcelas conforme calendário descrito a seguir:

<b>Produtos Esperados</b>	<b>Cronograma de entrega dos produtos (a partir do início do contrato)</b>	<b>Remuneração</b>	
1. Elaboração de projeto executivo.	20 dias	10%	
2. Identificação e qualificação dos atributos desejáveis em cada PPL selecionado.	50 dias	20%	
3. Estudo analítico com caracterização dos cenários sobre cada PPL selecionado e proposição de uma agenda de pesquisa entre Bolívia, Brasil e Equador.	100 dias	30%	
4. Proposta de políticas públicas, com base na análise da replicabilidade dos PPLs estudados.	150 dias	40%	
<b>Total</b>	<b>150 dias</b>	<b>100%</b>	

## 16. Valor total dos serviços

## 17. Número de parcelas

Quatro parcelas.

## 18. Linha Orçamentária

71305

